

Política.

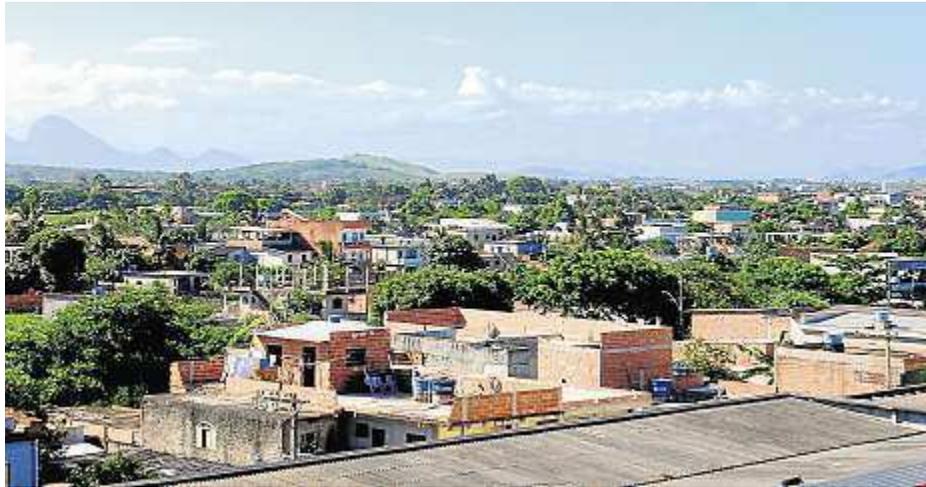
Lewandowski promete mais diálogo

Na sua primeira declaração após o anúncio da aposentadoria do presidente do Supremo Tribunal, Joaquim Barbosa, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a Corte será mais aberta ao "diálogo". *Página 26*

EDITORA:
ELISA RANGEL
erangel@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8332
agazeta.com.br/politica



RICARDO MEDEIROS



A Grande Terra Vermelha, em Vila Velha, conta com 59.381 habitantes

CARLOS ALBERTO SILVA



Campo Grande, em Cariacica: região reúne 11 bairros e 51.772 moradores

EMANCIPAÇÃO

APENAS DOIS BAIRROS

CONTINUAM COM CHANCE

Novas regras aprovadas dificultam criação de cidades

▄ A Câmara Federal aprovou projeto de lei, na última quarta-feira, tornando mais rígidos os critérios para criação de novos municípios no Brasil, afinal já existem 5.564, sendo 78 deles no Espírito Santo. A proposta aumenta o percentual mínimo da população necessária para a emancipação de um distrito, por exemplo, de 12 mil habitantes para 20 mil.

A decisão caiu como um balde de água fria nas aspirações de 13 distritos capixabas, que já chegaram a consultar à Assembleia com o intuito de se desmembrarem dos seus municípios de origem. Só dois deles continuam com chances reais, de acordo com os novos critérios: a Grande Terra Vermelha, em Vila Velha; e a região de Campo Grande, em Cariacica (que englobaria 11 bairros).

O primeiro conta com 59.381 moradores; o segundo, com 51.772. Aten-

IMPACTO



“Tem que avaliar outras questões, além da populacional. Deve ter um relatório de impacto. Esse é o maior valor desse projeto, a análise do potencial econômico”

ANA RITA ESGÁRIO (PT)
SENADORA

dem assim às exigências legais. Porém, há outros critérios, como o reflexo financeiro de eventual emancipação ao novo e ao município de origem.

“O aspecto mais relevante é a capacidade de desenvolvimento do novo município, senão a região

ARGUMENTO



“O aspecto mais relevante é essa capacidade de desenvolvimento do novo município, senão a região fica sem capacidade econômica”

DALTON PERIM (PMDB)
PRESIDENTE DA AMUNES

fica sem capacidade econômica e dependente de repasses da União”, criticou o presidente da Associação de Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim (PMDB).

Na bancada capixaba, a ideia da emancipação também não é bem vista. A de-

CAUTELA



“Temos que ter cautela. Campo Grande é o coração econômico de Cariacica. E Terra Vermelha é uma região empobrecida em Vila Velha. Sobreviverá de que projeto?”

IRINY LOPES (PT)
DEPUTADA FEDERAL

putada Iriny Lopes (PT) alerta: “Acho que temos que ter cautela. Campo Grande é onde está o coração econômico de Cariacica. Não acho que seja bom emancipar. O inverso ocorre em Terra Vermelha, região empobrecida. Sobreviverá de que projeto?”

A senadora Ana Rita Esgário (PT) faz coro: “Tem que avaliar outras questões além da populacional. Deve haver relatório de impacto financeiro”.

Além de Campo Grande e Terra Vermelha, sonham com suas próprias estruturas municipais: Paulista (B. de S. Francisco), Nestor Gomes e Guriri (S. Mateus); Braço do Rio (Conceição da Barra); Santa Cruz (Aracruz); Bebedouro e Desengano (Linhares); Ibituba (B. Guandu); Pequiá (Iúna); Piaçu (Muniz Freire); Pedra Azul (Dom. Martins); Itaoca (Cachoeiro).

Como a legislação ainda é incerta – afinal precisa da sanção da presidente Dilma Rousseff (PT) –, os pedidos de emancipação feitos à Assembleia Legislativa desde 1996 ainda ficarão parados. Se a lei for sancionada, o Legislativo ainda deverá reavaliar cada pedido por meio da Procuradoria.

SAIBA MAIS

▼ A tramitação

O projeto foi elaborado após a presidente Dilma Rousseff vetar integralmente, em 2013, proposta semelhante, alegando que aumentava despesas. Com a ameaça de derrubar o veto, a base aliada no Senado elaborou um novo texto, aumentando critérios para a emancipação.

▼ Critérios

1º passo: Apresentar na Assembleia pedido assinado por 20% dos eleitores residentes na área geográfica afetada; 2º passo: um “estudo de viabilidade” deverá comprovar se há como o município se sustentar; 3º passo: Plebiscito deverá ser feito pela Justiça Eleitoral; 4º passo: Assembleia votará lei com o nome e limites geográficos. Depois ocorre a eleição municipal